

Para nós, Tordesilhas, só é lembrada pelo tratado do mesmo nome, do qual, genericamente, deveríamos conhecer um pouco mais, quer os seus antecedentes quer as suas consequências, para Portugal e para o mundo.

A importância deste documento, pela sua enorme projeção levou a Unesco a classificá-lo como fazendo parte da **Memória do Mundo!**

### 3- TRATADOS

Este passeio pode ser o pretexto, para relembrar o que eventualmente já esquecemos, que é o caso deste vosso escriba.

Assim tentou-se reunir alguns dados históricos, de fácil leitura sem qualquer outra pretensão que não fosse a de relembrar os feitos dos nossos antepassados.

Em seguida nomeiam-se alguns dos tratados celebrados à nossa porta e que foram fundamentais para o nosso país:.

- Tratado de Tui (1137)
- Tratado de Zamora (1143)
- Tratado de Alcanices (1297)
- Tratado de Alcaçovas (1479)
- Tratado de Tordesilhas (1494)
- Tratado de Saragoça (1529)

#### Tratado de Tui

Tratado de paz firmado em **1137** entre os primos, D. Afonso VII de Castela e Leão e D. Afonso Henriques de Portugal, pelo qual se encerraram, temporariamente, os conflitos entre os dois jovens soberanos e seus reinos, numa aliança do príncipe português com os senhores da Galiza contra o seu primo. A praça de Tui, aproveitando a falta de reação de Afonso VII, ocupado com a disputa com o rei de Navarra, foi conquistada bem como vários castelos da região.

Estas conquistas foram revertidas, pouco depois, por Afonso VII e a intenção de alargar território, por parte de D. Afonso Henriques, não teve êxito, muito embora este tenha mostrado a sua intenção em afirmar-se.

Alguns autores consideram que Afonso Henriques, no prosseguimento da política de independência do seu pai, evitou qualquer acto que o levasse à sujeição do primo.

D. Afonso Henriques nunca reconheceu o primo como imperador da Hispânia e este também não invocou tal facto como ascendente nas relações com Portugal.

No entanto o rei de Leão e Castela não renunciava à sua supremacia.

#### Tratado de Zamora

O **Recontro dos Arcos de Valdevez** teve lugar na primavera de 1141, e não 1140 como erroneamente foi referido durante muito tempo, no Vale do Vez, em Arcos de Valdevez, quando D. Afonso Henriques, após a vitória na batalha de Ourique (1139), rompeu a paz de Tui (1137) assinada com seu primo o Imperador Afonso VII de Leão e Castela, e invadiu a Galiza, conquistando alguns castelos sob protetorado do monarca leonês. Em resposta, as forças

imperiais, em muito maior numero, entraram em terras portugalenses arrasando os castelos à sua passagem, descendo as montanhas do Soajo em direção a Valdevez.

Torneio dos Arcos pelo escultor José Rodrigues Representação do Torneio na Estação de São Bento



Após algumas horas de refregas e provocações, para evitar a batalha campal e poupar homens e recursos para a luta contra o avanço árabe, foram selecionados os melhores cavaleiros de ambos os lados para lutarem entre si num *torneio ou justa*, conforme o uso na Idade Média. A sorte das armas pendeu para o lado português, tendo os cavaleiros leoneses ficado detidos, conforme o código da cavalaria medieval.

Acredita-se que este episódio foi o passo decisivo e a última etapa para o nascimento de Portugal, sendo o antecedente da celebração do Tratado de Zamora em 1143.

Depois do Torneio de Valdevez, onde saem vencedores os cavaleiros de Afonso Henriques, este aproveita as boas graças da Igreja, e, por intermédio do Arcebispo de Braga, D. João Peculiar, faz com que o Papa Inocêncio II aceite a sua vassalagem contra o pagamento de um censo (quantia que os reis pagavam ao Papa) de quatro onças (onça = 31 g) de ouro por ano.

O Arcebispo envia o Cardeal Guido de Vico junto de Afonso VII, obtendo deste, no tratado de Samora (Zamora), o título de rei, que D. Afonso Henriques passa a usar, graças ao Recontro de Valdevez, e no papel, de facto e de direito, em 1143.

A data de **5 outubro de 1143** uma data do tratado é da maior importância para a identidade nacional, uma vez que assinala um momento decisivo da sua emancipação de Castela e da sua formação como país independente.

De facto, é muito comum ser assinalado como a data do nascimento de Portugal.

Há, no entanto, que enquadrá-la no contexto da época. Na realidade, o reconhecimento do título de “rei” a D. Afonso Henriques não significava exatamente “independência”, porque esse reconhecimento podia ser revertido e anulado, caso fosse oportuno.

D. Afonso Henriques sabia que este primeiro passo era frágil e que a sua consolidação passava pelo reconhecimento das instâncias internacionais daquela época, ou seja, da Santa Sé.

Foi por isso que se declarou imediatamente vassalo do papa. O reconhecimento demorou várias décadas e só deu frutos em **1179**, com a emissão da bula Manifestis Probatum.

Pode, portanto, dizer-se que só nesta altura é que a independência de Portugal ficou verdadeiramente consolidada.

## Tratado de Alcanices

O tratado de Alcanizes ou *Alcañices* em castelhano, foi assinado entre os soberanos de Leão e Castela, Fernando IV (1295-1312), e de Portugal, D. Dinis (1279-1325), a **12 de setembro de 1297**, na povoação leonesa-castelhana de Alcanizes.

O tratado fazia parte de uma estratégia defensiva do rei D. Dinis.

Por ele se restabelecia a paz, fixando-se os limites fronteiriços entre os dois reinos. Em troca de direitos portugueses nos termos raianos de Aroche e de Aracena, passavam para a posse definitiva de Portugal:

- Campo Maior
- Olivença (hoje administrada por Espanha)
- São Félix dos Galegos (hoje na posse de Espanha)

E em troca de direitos portugueses nos domínios de Aiamonte, Esparregal, Ferreira de Alcântara e Valença de Alcântara, e outros lugares nos Reinos de Leão e de Galiza, era reconhecida a posse portuguesa das chamadas terras de Riba-Côa, que compreendiam as seguintes povoações e respetivos castelos, já visitados pelo MCP:

- Almeida
- Alfaiates
- Castelo Bom
- Castelo Melhor
- Castelo Rodrigo
- Monforte
- Sabugal
- Vilar Maior

Uma versão do tratado, cujo exemplar em Castelhana hoje se encontra depositado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, encontra-se transcrita por Rui de Pina na Crónica de El-Rei D. Dinis. No século XIX, o original foi publicado pelo Visconde de Santarém (1846).

Embora na fórmula de encerramento seja informada a datação como Era de mil trezentos trinta e cinco anos, recorde-se que a referida é a da Era de César, vigente à época daqueles soberanos, equivalente a 1297 no atual calendário gregoriano.

Três territórios foram perdidos por Portugal ou encontram-se pendentes de delimitação: São Félix dos Galegos (atual San Felices de los Gallegos), Ermezende (atual Hermisende), Salvaterra do Minho (atual Salvaterra de Miño) e Olivença (incluindo o atual município de Tálaga).

Olivença e Tálaga atualmente estão administradas pela Espanha mas Portugal ainda mantém uma reclamação sobre a soberania dessas duas vilas.

## Tratado de Tordesilhas

Naqueles tempos....

"(...) subsistia ainda a tradição medieval da supremacia política da Santa Sé, que reconhecia a Roma o direito de dispor das terras e dos povos: Adriano IV, papa inglês (1154-59), havia dado a Irlanda ao rei da Inglaterra e Sisto IV as Canárias ao rei de Castela (1471-84). Baseava-se isso, em parte, sobre o fato de um Édito de Constantino ter conferido ao papa Silvestre a soberania sobre todas as ilhas do globo; ora, isso porque as terras a descobrir eram todas, então, supostas serem exclusivamente ilhas ..."

O início da expansão marítima portuguesa, sob a égide do Infante D. Henrique, levou as caravelas portuguesas pelo oceano Atlântico, rumo ao Sul, contornando a costa africana. Com a descoberta da Costa da Mina, iniciando-se o comércio do marfim, escravos, a atenção de Castela foi despertada, iniciando-se uma série de escaramuças no mar, envolvendo embarcações de ambas as Coroas.

Por outro lado, com o falecimento do rei de Castela Henrique IV em 1474, existiam dois pretendentes ao trono: sua filha única Joana (a Beltraneja) e sua meia-irmã Isabel (a Católica).

Joana tinha o apoio de uma parte importante da alta nobreza castelhana e de seu prometido, o rei Afonso V de Portugal. Isabel contava com o resto da nobreza e com o apoio da Coroa de Aragão, já que estava casada com seu herdeiro Fernando.

A guerra da **Sucessão de Castela**, por terra desenvolveu-se principalmente na Meseta Norte de Castela, e favoreceu as tropas isabelinas a partir da **Batalha de Toro (1476)**.

A partir de então, o conflito continuou no mar, com frotas castelhana e portuguesa lutando entre si e competindo por trazer riquezas das distantes terras da Guiné.

A derrota castelhana no mar e a incapacidade portuguesa para ganhar a guerra na terra levaram as partes a iniciar negociações de paz em 1479.



Portugal, buscando proteger o seu investimento, negociou com Castela o **Tratado de Alcáçovas** em **8 de setembro 1479**, obtendo em 1481, do Papa Sisto IV, a bula *Æterni regis*, que dividia as terras descobertas e a descobrir por um paralelo na altura das Canárias, dividindo o mundo em dois hemisférios: a norte, para a Coroa de Castela; e a sul, para a Coroa de Portugal. Somando-se a duas outras bulas anteriores de 1452 (*Dum Diversas*) e 1455 (*Romanus Pontifex*), do Papa Nicolau V, Portugal e a Ordem de Cristo haviam recebido todas as terras conquistadas e a conquistar ao sul do cabo Bojador e da Gran Canária.

Preservavam-se, desse modo, os interesses de ambas as Coroas, definindo-se, a partir de então, os dois ciclos da expansão: o chamado ciclo oriental, pelo qual a Coroa portuguesa garantia o seu progresso para o sul e o Oriente, contornando a costa africana (o chamado "périplo africano"), e o que se denominou posteriormente de ciclo ocidental, pelo qual Castela se aventurou no oceano Atlântico, para oeste. Como resultado deste esforço espanhol, Cristóvão Colombo alcançou terras americanas em 1492.

Ciente da descoberta de Colombo, mediante as coordenadas geográficas fornecidas pelo navegador, os cosmógrafos portugueses argumentaram que a descoberta, efetivamente, se encontrava em terras portuguesas.

Desse modo, a diplomacia castelhana apressou-se a obter junto do Papa Alexandre VI, Aragonês de Valência (agora unificada com Castela), uma nova partição de terras. Assim, em 3 de maio de 1493, a Bula Inter Coetera estabelecia uma nova linha de marcação, um meridiano que separaria as terras de Portugal e de Castela.

O meridiano passava a cem léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde.

As novas terras descobertas, situadas a Oeste do meridiano a 100 léguas de Cabo Verde, pertenceriam a Castela. As terras a leste, pertenceriam a Portugal. A bula excluía todas as terras conhecidas já sob controlo de um estado cristão.

Os termos da bula não agradaram a João II de Portugal, que julgava ter direitos adquiridos que a Bula vinha a ferir. Além disso, os seus termos causavam confusão, pois um meridiano vinha a anular o que um paralelo tinha estabelecido. Complementarmente, a execução prática da Bula era impossibilitada por sua imprecisão e pela imperfeição dos meios científicos disponíveis à época para a fixação do meridiano escolhido.



*O Meridiano de Tordesilhas segundo diferentes geógrafos: Ferber (1495), Cantino (1502), Ribeiro (1519), os peritos de Badajoz (1524), Pedro Nunes (1537), Oviedo (1545), João Teixeira Albernaz, o velho (1631) e Costa Miranda (1688).*

Assim sendo, D. João II abriu negociações diretas com os Reis Católicos, Fernando II de Aragão e Isabel I de Castela, para mover a linha mais para oeste, argumentando que o meridiano em questão se estendia por todo o globo, limitando assim as pretensões castelhanas na Ásia. D. João II propôs, por uma missão diplomática aos reis católicos, estabelecer um paralelo das Ilhas Canárias como substituto ao meridiano papal.

Os castelhanos recusaram a proposta, mas aceitaram discutir o assunto numa reunião, em Tordesilhas, onde diplomatas e cartógrafos tiveram assento mas sem resultados visíveis. O tratado foi assinado em 7 de Junho de 1494 na povoação de Tordesilhas e, como resultado das negociações, os termos do tratado foram ratificados por Castela a 2 de Julho e, por Portugal, a 5 de Setembro do mesmo ano.

O tratado estabeleceu a divisão das áreas de influência dos países ibéricos, cabendo a Portugal as terras "*descobertas e por descobrir*" situadas antes da linha imaginária que demarcava 370 léguas (1.770 km) a oeste das ilhas de Cabo Verde, e a Castela as terras que ficassem além dessa linha, contrariando a bula anterior de Alexandre VI, *Inter Coetera*(1493), que atribuía a Castela a posse das terras localizadas a partir de uma linha demarcada a 100 léguas de Cabo Verde, conforme já referido.

O novo tratado foi aprovado pelo Papa Júlio II em 1506.



Mas continuava a existir um assunto de difícil solução: o meridiano de Tordesilhas não contornava o globo terrestre.

Em 1511 Afonso de Albuquerque conquistou Malaca para Portugal, então o centro do comércio asiático e iniciou-se a descoberta do Índico.

Ao saber da localização até então secreta das chamadas "ilhas das especiarias" - as ilhas Banda, nas **Molucas**, única fonte mundial de varias especiarias, como noz moscada e cravinho e objetivo central das viagens no Índico - enviou uma expedição em que os portugueses foram primeiros europeus a chegar, no início de 1512.

Cartas de Serrão a Fernão de Magalhães, descrevendo as "*Ilhas das Especiarias*", ajudaram Magalhães a persuadir a coroa Espanhola a financiar a sua viagem de circum-navegação.

Em 1520, as ilhas Molucas, "berço de todas as especiarias", foram visitadas pela frota de Fernão de Magalhães, vinda de oeste, ao serviço da Coroa de Castela ('Espanha'). Antes que os dois pudessem encontrar-se nas Molucas, Serrão morreu na ilha de Ternate, quase ao mesmo tempo em que Magalhães era morto em combate nas Filipinas.

Após a expedição de Magalhães (1519-1522), Carlos V enviou uma expedição para tomar e colonizar as ilhas, alegando que se encontravam na sua zona de demarcação do meridiano de Tordesilhas. A expedição chegou com dificuldade às Molucas, onde os espanhóis fundariam o forte de Tidore.

O conflito com os portugueses já estabelecidos na ilha foi inevitável, resultando na derrota espanhola após um ano, e abrindo quase uma década de escaramuças pela sua posse. Cartas de Serrão a Fernão de Magalhães, seu amigo e possivelmente primo, descrevendo as "*Ilhas das Especiarias*", ajudaram Magalhães a persuadir a coroa Espanhola a financiar a sua viagem de circum-navegação.

## Tratado de Saragoça

O Tratado de Saragoça, também referido como Capitulação de Saragoça, foi um tratado de paz entre a Espanha e Portugal assinado em **22 de Abril de 1529** por D. João III e pelo imperador Carlos I, na cidade Aragonesa de Saragoça

Pelo tratado de Saragoça definiu-se a continuação do meridiano de Tordesilhas no hemisfério oposto, a 297,5 léguas do leste das ilhas Molucas, cedidas pela Espanha mediante o pagamento, por Portugal, de 350.000 ducados de ouro. Ressalvava-se que em todo o seu tempo se o imperador ou sucessores quisessem restituir aquela avultada quantia, ficaria desfeita a venda e cada um "*ficará com o direito e a ação que agora tem*".

Como é evidente, tal nunca sucedeu, até porque o imperador precisava desesperadamente do dinheiro português para financiar as suas guerras contra o seu arqui-rival Francisco I de França e a Liga de Cognac que o suportava.

Medições posteriores comprovaram que, pelo antimeridiano de Tordesilhas, as ilhas Molucas, bem como as Filipinas, encontravam-se em território pertencente a Portugal, o que de pouco adiantou já que durante o século XVII essas disputadas ilhas acabariam em mãos holandesas em troca das capitânicas da Nova Holanda (Itamaracá, Paraíba e Pernambuco). A perda das Molucas posteriormente também representaria o início da expansão do poderio holandês no sudeste asiático

Afirma Rodrigo Otávio em 1930 que o Tratado teria "*um efeito antes moral do que prático*".

O meridiano foi fixado, mas persistiam as dificuldades de execução de sua demarcação. Os cosmógrafos divergiam sobre as dimensões da Terra, sobre o ponto de partida para a contagem das léguas e sobre a própria extensão das léguas, que diferia entre os reinos de Castela e de Portugal.

Já se afirmou ainda que os castelhanos cederam porque esperavam, por meio de sua política de casamentos, estabelecer algum dia a união ibérica, incorporando Portugal.

O que é mais provável é que os negociadores portugueses, na expressão de Frei Bartolomé de las Casas, tenham tido "*mais perícia e mais experiência*" do que os castelhanos.